

POR UMA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL TRANSINCLUSIVA: breves notas

Bárbara Araújo Machado¹

Lívia de Cássia Godoi Moraes²

Resumo

Este artigo tem caráter ensaístico, com finalidade de contribuir para a amplificação do debate da transinclusividade na Teoria da Reprodução Social (TRS). Para tanto, uma análise exploratória buscou retomar algumas premissas de vertentes do feminismo das décadas de 1960 e 1970 quanto à relação entre mulheres e homens, corpo e biologia. Em seguida, foram apresentadas particularidades teóricas da TRS em relação à reprodução social, reprodução biológica e reprodução da força de trabalho. Por fim, foram abordados alguns *insights* que apontam para lacunas e potencialidades para a construção de uma TRS transinclusiva, com implicações relevantes para uma práxis política revolucionária.

Palavra-chave: Teoria da reprodução social; reprodução social; transgeneridade.

Abstract

This essay aims to contribute to the expansion of the debate on trans-inclusivity within Social Reproduction Theory (SRT). To this end, an exploratory analysis revisits certain premises of strands of feminism from the 1960s and 1970s regarding the relationship between women and men, the body, and biology. Subsequently, the theoretical particularities of SRT concerning social reproduction, biological reproduction, and the reproduction of the labor force are presented. Finally, the article discusses some insights that highlight both gaps and potentials for constructing a trans-inclusive SRT, with relevant implications for a revolutionary political praxis.

Key-words: Social Reproduction Theory; social reproduction; transgender.

Introdução

É assim: basta uma travesti. Uma única travesti é suficiente para revirar a vida de um homem, de uma família, de uma instituição. Uma única travesti é suficiente para minar os alicerces de uma casa, desfazer laços de um compromisso, quebrar uma promessa, renunciar a uma vida. basta uma única travesti para fazer um homem chorar, para fazê-lo se sentir um merda ou um pássaro. Basta uma única travesti para iluminar, engrandecer ou mesmo revelar a criminalidade de um Estado. Basta uma travesti para que se resolva a orfandade de um menino.

(Camila Sosa Villada. *Teses sobre uma domesticação*, 2024)

Em uma comunicação proferida em 2024 na I Conferência Internacional Marxismo Feminista, a pesquisadora trans Eduarda Camargo propôs uma reflexão em torno da noção de “materialismo” e sua convergência com o debate de gênero. Criticando concepções naturalistas, economicistas e essencialistas do que significa dizer que algo é “material”, Eduarda retoma

¹ Doutora em História. Docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social.

² Doutora em Sociologia. Docente da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social

Marx para sublinhar “como o materialismo está presente em uma trama de relações sociais, em um movimento crítico entre abstrato e concreto”, configurando-se em um processo do qual as abstrações, discursos e crenças também são determinantes daquilo que chamamos de “concreto” (CAMARGO, 2024, s.p.)³. Com isso, a pesquisadora se contrapõe a uma noção de reducionista de materialismo, cujos sobrenomes, no caso do marxismo, não são mero apêndice: o materialismo marxista é histórico e dialético, referindo-se portanto à dinâmica constante das relações sociais, determinantes para a conformação da totalidade contraditória em que vivemos.

A “crise” do materialismo no debate de gênero é particularmente grave na medida em que tem aberto caminhos para discursos transfóbicos, que têm consequências nefastas não apenas para a população trans, mas para todas aquelas pessoas que não se adequam absolutamente à ordem de gênero estabelecida. O feminismo marxista, portanto, é um espaço de atenção e vigilância, sendo crucial que se desenvolvam e se fortaleçam conjuntamente posicionamentos teóricos e políticos transinclusivos, em defesa de um materialismo verdadeiramente *histórico*, de uma concepção da classe trabalhadora em sua diversidade plena e de uma perspectiva de transformação social verdadeiramente ampla.

Nesse contexto, o presente artigo visa defender política e teoricamente que a Teoria da Reprodução Social (TRS), campo do pensamento feminista marxista que vem se consolidando nas últimas décadas, *é e precisa ser* transinclusiva. Sem a pretensão de esgotar o debate e abordar todas as nuances dessa importante questão, nosso objetivo é levantar alguns pontos iniciais para contribuir com esta importante defesa, entendendo a necessidade de fortalecer essa posição e dirimir algumas dúvidas e interpretações errôneas que podem surgir a partir das leituras dessa teoria em constante construção.⁴

A construção do artigo se dará em três seções: em um primeiro momento, abordaremos a forma como algumas vertentes do feminismo dos anos 1960 e 1970 tratam a questão da determinação biológica e a relação entre homens e mulheres. A partir disso, apresentaremos como a TRS se diferencia dessas vertentes em sua análise, em especial no que diz respeito às dimensões da reprodução biológica e da reprodução social. Por fim, apontaremos alguns aspectos que consideramos importantes para a construção de uma TRS transinclusiva e *transgressora*, defendendo o lugar estratégico das pessoas trans e travestis na luta revolucionária contra o capital.

³ Comunicação feita por Eduarda Camargo na mesa *Queer e Marxismo*, na I Conferência Internacional Marxismo Feminista, em São Paulo, em 24 de abril de 2024. Texto gentilmente cedido pela autora.

⁴ Vale registrar que esse artigo foi escrito como pontapé inicial para um debate no espaço do Colóquio Internacional Marx e Marxismo. Assim, contamos com as contribuições e discussões ocorridas no evento para desenvolver e complementar as ideias aqui apresentadas.

"Mulher", corpo e biologia em feminismos dos anos 1960 e 1970

O que significa ser “mulher”? Qual a relação dessa categoria com os corpos físicos e com o sentido de ser “homem”? Embora a afirmação de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher, torna-se mulher” tenha influenciado o chamado “feminismo de segunda onda”⁵, os entendimentos sobre essas questões apresentam diferenças importantes.

Nesta primeira seção, buscaremos evidenciar posições de algumas vertentes do feminismo desenvolvidas nos anos 1960 e 1970⁶, em especial, do feminismo radical, do feminismo culturalista, do feminismo materialista e do feminismo autonomista⁷, no sentido de poder diferenciar e sustentar, nos tópicos posteriores do artigo, a posição específica da TRS com relação à análise do fator biológico na reprodução social, bem como da relação entre mulheres e homens.

O feminismo radical⁸ nasce no pós-Segunda Guerra Mundial, em contraposição ao feminismo liberal hegemônico, e, segundo suas análises, a sociedade capitalista do século XX refletia um viés masculino de sociedade, que privilegiava relações hierárquicas e tradicionais: “Em contraste com a abordagem pragmática tomada pelo feminismo liberal, o feminismo radical visa remodelar a sociedade e reestruturar as instituições que enxergam como eminentemente patriarcais [...]” (Gandhi, 2018, p. 42).

Duas características se destacam nos movimentos sociais dos anos 1960 nos Estados Unidos: são *contraculturais*, buscando forjar novas formas de vida, para além de uma mudança de sistema econômico e político; bem como vários deles passam a se *organizarem autonomamente*, tanto com relação à institucionalidade, quanto no que diz respeito ao surgimento de movimentos negros, autônomos em relação às pessoas brancas, e movimentos de mulheres, aparte dos movimentos coletivos mistos (homens e mulheres).

⁵ A metáfora das “ondas” feministas, ao eleger momentos de “pico” do feminismo, coloca em evidência um feminismo centrado no gênero em detrimento das questões raciais e de classe, obscurecendo os ativismos cotidianos, os movimentos de mulheres trabalhadoras e outras movimentações que não se inscrevem na história hegemônica do feminismo (Laughlin et al, 2010; Fraccaro, 2018). Apesar de concordarmos com as críticas à metáfora, mantemos seu uso aqui - entre aspas para sublinhar seus aspectos problemáticos - no sentido de situar temporal e espacialmente o debate aqui destacado.

⁶ Em uma perspectiva global do feminismo, seria necessário incluir discussões elaboradas por autoras de diferentes regiões do mundo, inclusive do Brasil. Como a discussão da reprodução social (nesses termos) surge no Norte Global, nos focaremos no debate dessa região nesta seção do artigo, embora defendamos que os feminismos da periferia do capitalismo tenham contribuições fundamentais para pensar o debate ora levantado

⁷ Não é nosso objetivo aprofundar na história e desenvolvimento destas vertentes, apenas apontar algumas premissas importantes para explicitar a particularidade da TRS frente aos exemplos mencionados.

⁸ O feminismo radical é bastante diverso internamente, procuramos mencionar posições e autoras mais destacadas, tais como Shulamith Firestone e Kate Millet (Gandhi, 2018; Garcia, 2015; Pedreira, 2008)

O nome, feminismo “radical” tem influência marxista, no sentido de tomar as questões pela raiz. Contudo, ainda que o marxismo tenha sido referência de início, não houve rigor teórico quanto ao uso das categorias. O que se pretendia era, segundo Shulamith Firestone (1976), reescrever Karl Marx.

Interessava a elas encontrar a raiz das opressões às mulheres. Se, para Marx, a produção está no centro da análise do capitalismo, para Firestone, o motor da história deve ser analisado a partir da reprodução. Ela explicita:

O materialismo histórico é aquela visão do curso da História que busca a causa última e a grande energia móvel de todos os fatos históricos na dialética do sexo: a divisão da sociedade em *duas classes biológicas distintas*, em função da procriação, e as lutas dessas classes entre si; nas mudanças dos modos de casamento, reprodução e educação das crianças; no desenvolvimento análogo de outras classes [castas] fisicamente diferenciadas; e na primeira divisão do trabalho baseada no sexo, que se desenvolveu no sistema econômico de classes (Firestone, 1976, p. 22, grifos nossos).

Para outras autoras do feminismo radical, como é o caso de Kate Millet, em *Política Sexual* (1974), é preciso superar a análise biologicista, e olhar para o patriarcado enquanto uma relação de poder. O movimento passou, então, a defender a consigna: “o pessoal é político”. Este seria mais um contraponto ao feminismo liberal, que se concentrou nas pautas feministas no âmbito público, tais como participação política, acesso à educação e ao trabalho formal. Segundo Millet, a relação entre homens, dominantes, e mulheres, dominadas, prevaleceu sobre outras formas de desigualdade, como a racial, a política e a econômica (Gandhi, 2018, p 44).

Essa centralidade do patriarcado e a ideia de “classe de sexo” predominou na concepção teórico-política das feministas radicais, culminando em outra consigna: “a sororidade é poderosa” (Gandhi, 2018, p. 32), que colocou a sororidade das mulheres acima das desigualdade de classe e raça. Supremacia masculina, portanto, era concebida como a mais antiga e mais dominante relação da história social.

Dado que a relação de poder entre homens e mulheres era central, a questão da sexualidade se tornou uma pauta relevante no interior do feminismo radical. A liberdade sexual das mulheres, entretanto, não excluía os homens, mas colocava a permissividade como uma característica importante na contraposição à repressão sexual. Já no período de decadência do movimento feminista radical, surge a pauta do lesbianismo no interior do nascente feminismo culturalista⁹, uma concepção que defendia a exclusão dos homens das relações das mulheres militantes desse campo.

⁹ Podemos destacar Marilyn French e Mary Daly como autoras do feminismo culturalista (Gandhi, 2018)

Para feministas culturalistas, heterossexualidade é sobre dominação masculina e subordinação feminina, e assim abre caminho para pornografia, prostituição, assédio sexual e violência doméstica. Portanto, reivindicam que as mulheres deveriam desistir de relações heterossexuais e apostar em relações lésbicas nas quais há envolvimento emocional. Feministas culturalistas enfatizaram a necessidade de desenvolver a *“feminidade” essencial das mulheres*. O lesbianismo teve grande impulso dentro do movimento de mulheres no Ocidente no começo dos anos 80, mas retrocedeu alguns anos depois (Gandhi, 2018, p. 51, grifos nossos).

As saídas políticas das feministas culturalistas são bastante reformistas e não envolvem uma transformação estrutural na sociedade, já que toda a mudança deveria ser no âmbito cultural, fundada em valores como a não-violência, a não-competição, a valorização das emoções frente à razão, conduzindo a uma nova identidade feminina. Como é possível observar, apesar da práxis política no âmbito cultural, a raiz teórica do feminismo culturalista está fundada no determinismo biológico.

As feministas materialistas francófonas¹⁰ também foram influenciadas pelo feminismo radical e se contrapunham à concepção de uma mera mudança de “mentalidade” ou mudança cultural. Buscavam entender a opressão de gênero pelas relações sociais materiais reais e concretas.

Pode-se dizer que o materialismo representa, em um primeiro momento, um recurso para a construção de uma análise não naturalista da opressão, uma via que possibilitava afirmar que *não é a biologia, nem as funções reprodutivas, que constitui a base da opressão das mulheres*. O fundamento da opressão deveria ser buscado no trabalho doméstico que alimentaria um antagonismo que não poderia ser reduzido ao antagonismo capital-trabalho (Abreu, 2018, p. 5, grifos nossos).

Essas pensadoras e feministas francesas da década de 1970 se reuniam no chamado Movimentos pela Libertação das Mulheres, cujo texto fundador é “O inimigo principal” (2015 [1970]), de Christine Delphy, no qual ela chega a anunciar uma “classe de mulheres” frente à “classe de homens”. Porém, em revisão posterior, elas defendem um “nós” unificador das mulheres, que, contudo, não suprime a noção de classes sociais da análises. “Uma análise materialista deveria vincular ‘as mentalidades, as instituições, as leis sexistas às estruturas sócio-econômicas que as sustentam’ (QUESTIONS FÉMINISTES, 1977, p. 29). Essas estruturas formam um sistema específico em relação ao capitalismo: *o patriarcado*” (Abreu, 2018, p. 8, grifos nossos).

¹⁰ Destacam-se Christine Delphy, Collette Guillaumin, Nicole-Claude Mathieu, Paola Tabet e Monique Wittig da primeira geração, e mais recentemente Danielle Kergoat, Helena Hirata e Jules Falquet.

Como podemos observar, apesar de ter ido além das concepções radicais e culturalistas, trazendo a base material e a crítica ao capitalismo enquanto relação social para a análise, o feminismo materialista reproduz a ideia de sistemas duplos, em que há um sistema autônomo e com leis próprias, o capitalismo, e, em paralelo, um outro sistema de relações de poder, o patriarcado, que se relacionam entre si.

Entre as feministas autonomistas, com destaque para Sílvia Federici, os corpos das mulheres têm força analítica vital. As análises perpassam a acumulação originária de capital, assentada na violência de gênero e no controle e apropriação de corpos e saberes das mulheres, até a exploração do trabalho dessas nas unidades domésticas e fora delas, culminando em perspectivas mais recentes sobre respostas políticas em torno dos comuns e da organização autônoma e autogestionária das mulheres.

As feministas italianas do Debate do Salário para o Trabalho Doméstico, Federici inclusa, tiveram, na década de 1970, suas explanações muito marcadas pela concepção advinda do operariado italiano de “fábrica social”, que remete a uma ideia de fábrica que se replica na reprodução social, remetendo a reprodução biológica a corpos que produzem (reprodução biológica) trabalhadores. As mulheres, através do capitalismo patriarcal¹¹, são exploradas no cuidado e na reprodução de crianças, futuras trabalhadoras.

A TRS, como veremos no próximo tópico, observa o elemento da reprodução biológica como muito importante para a análise da opressão de gênero, contudo, desde uma perspectiva unitária, fundada na totalidade e na relação de unidade contraditória entre produção e reprodução. O fato de não partir de uma análise de sistemas duplos ou triplos, coloca o elemento biológico em outra posição de análise, que não exclui os homens das relações e lutas revolucionárias, não recai em determinismo biológico, ao mesmo tempo em que acentua o lugar estratégico das trabalhadoras da reprodução na sociedade capitalista, não restritas às mulheres cis.

Apontamentos sobre TRS, reprodução social e reprodução biológica

Como vimos, os anos 1960 e 1970 foram um período de intensas discussões no campo dos feminismos, desenvolvendo-se também um debate entre aquelas feministas que tinham uma preocupação específica em compreender a relação entre sexismo e capitalismo. A tradição

¹¹ Apesar de Federici utilizar, muitas vezes a conceituação “capitalismo patriarcal”, persiste uma ideia de sistemas duplos.

marxista havia explorado de forma insatisfatória a relação causal entre eles e, conseqüentemente, o nexu entre as lutas das mulheres e anticapitalistas encontrava-se ameaçado em bases pouco firmes. Nesse sentido, a tarefa tornou-se responder à pergunta: qual é a base material da opressão às mulheres? A resposta dessa pergunta gravitou em torno do trabalho não pago realizado pelas mulheres no âmbito doméstico, no que ficou conhecido como o “debate do trabalho doméstico” (Ferguson e McNally, 2022).

Foi a obra de Lise Vogel (2022), entretanto, aquela que aprofundou o debate, ao deslocar o foco do trabalho doméstico para o trabalho de reprodução social e das mulheres para a família. Para Vogel, um dos limites do debate do trabalho doméstico nos anos 1970 estava justamente na indefinição do *status* da reprodução biológica sob o capitalismo. Revisitando toda a tradição socialista que se debruçou sobre a opressão às mulheres e estabelecendo com ela um diálogo crítico, Vogel se voltou principalmente à *O Capital* para elaborar sua interpretação original da questão. Para o propósito deste artigo, nos ateremos à forma como a autora tratou especificamente a dimensão da reprodução biológica na sociedade de classes.

Ao discutir as dinâmicas de reposição da força de trabalho, Vogel indica que é “o fenômeno da substituição geracional dos portadores da força de trabalho – isto é, a substituição de trabalhadores existentes por novos trabalhadores da próxima geração” o elemento que levanta a questão de gênero no debate (Vogel, 2022, p. 329). Ela afirma, então, que “se a reprodução geracional precisa acontecer, a reprodução biológica deve intervir. E aqui, é preciso admitir, os seres humanos não se reproduzem por partenogênese. Mulheres e homens são diferentes” (Vogel, 2022, p. 329).

Esse trecho de Vogel, isolado do restante de sua argumentação, pode dar margem a interpretações biologizantes de sua proposta e, por consequência, do campo da Teoria da Reprodução Social que reivindica sua obra. Esse é um problema importante, na medida em que pode vir a reforçar discursos biologizantes sobre o sentido de “mulher”, distorcendo-se as formulações teóricas da TRS a serviço de posições essencialistas e transfóbicas. Assim, é fundamental ter nitidez sobre a proposta mais ampla de Vogel e, mais além, dos desdobramentos e renovações propostos pela TRS desde a publicação desta obra em 1983. Para tanto, desenvolveremos três pontos principais: 1) entender o sexo como material não significa dizer que seja “natural” ou “a-histórico”; 2) a própria noção de sexo biológico não é trans-histórica nem deve ser tomada de forma dicotômica, pois muda com o tempo e em diferentes sociedades; 3) o cerne do argumento de Vogel não é a *diferença* biológica, mas se refere à capacidade de gerar filhos, à *reprodução* biológica associada a *corpos que gestam*.

Em relação ao primeiro aspecto, Vogel observa que, embora as “diferenças biológicas” constituam uma “pré-condição material para a construção social das diferenças de gênero”, as próprias “diferenças dos sexos não podem ser consideradas à parte de sua existência dentro de um sistema social definido” (Vogel, 2022, p. 331). A concepção do gênero aqui apresentada, como uma relação social construída a partir de uma “pré-condição” biológica, não implica em uma visão da biologia e do sexo como elementos a-históricos. O método do materialismo histórico não toma “material” como “natural”; ao contrário, o material é fruto de múltiplas determinações concretas, o material é histórico, dinâmico e inerentemente social. Como afirmou Eduarda Camargo (2024) no texto com o qual abrimos este artigo, o materialismo se refere a “uma trama de relações sociais, em um movimento crítico entre abstrato e concreto”.

De fato, Vogel não se aprofunda nessa observação sobre o caráter social das “diferenças” de sexo e gênero, o que pode deixar espaço para apropriações biologizantes de sua obra. Nesse sentido, cabe desenvolver o segundo ponto: a historicidade da noção de sexo biológico e sua relação com o conceito de gênero. Uma definição bastante popular de gênero é entendê-lo como diferenças sociais ou culturais constituídas a partir de uma base biológica binária, ligada ao dimorfismo sexual macho/fêmea. Essa concepção é reducionista tanto na compreensão do gênero quanto na do sexo. Estudiosos das relações de gênero, sexualidade e raça preocupados com a dimensão estrutural e material das relações sociais têm feito o movimento de deslocar o foco das diferenças para focar as relações (Connell e Pearse, 2015; Bakan, 2016). Nesse sentido, o gênero não se define como diferença, mas como uma relação social “que se centra sobre a arena reprodutiva e conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas dos corpos para o seio dos processos sociais” (Connell e Pearse, 2015, p. 48). Gênero se refere, portanto, a como as sociedades lidam com a dimensão reprodutiva dos corpos, o que inclui uma percepção dicotômica destes corpos, que desconsidera a historicidade da percepção binária dos sexos (Laqueur, 2001) e a existência de corpos que nela não se encaixam, como é o caso de pessoas intersexo (Connell e Pearse, 2015).

Especificamente sobre a obra de Vogel, é necessário explicitar que sua argumentação não depende de uma definição de gênero baseada em dicotomias como mulheres x homens e social x biológico. Ao analisar o trabalho de reprodução da força de trabalho necessário para a reprodução ampla do capital, Vogel nota que dos três aspectos que o integram – manutenção dos trabalhadores, manutenção dos membros da classe que não estão trabalhando (como idosos e crianças) e reposição geracional de trabalhadores –, apenas o último requer uma “divisão sexual do trabalho” (Vogel, 2022, p. 336). Essa divisão, contudo, não se dá com relação ao “ser homem” ou ao “ser mulher”, mas à capacidade de gestar e parir. A questão, portanto, não é a

diferença entre homens e mulheres, mas a *reprodução* biológica associada a *corpos que gestam*. Reformular o debate nesses termos ajuda inclusive a compreender o grande e contínuo esforço dos grupos dominantes nas disputas de hegemonia no Estado Ampliado, para usar uma concepção gramsciana, de regular as normas binárias de gênero e “sexo” e perseguir aqueles sujeitos que *transgridem* a designação de gênero que lhes é conferida ao nascerem.

Ferguson e McNally (2022, p. 69) explicitam, no prefácio ao livro de Vogel (2022), que a base sociomaterial da opressão às mulheres está no fato de que “a produção e a reprodução da força de trabalho é uma condição essencial que sustenta a dinâmica do sistema capitalista, possibilitando que o capitalismo se reproduza”. E essa reprodução não precisa se dar exatamente na unidade doméstica, podendo ocorrer em orfanatos públicos ou privados por exemplo. Vogel (2022) adiciona, inclusive, a relevância do colonialismo, com seus processos de escravização, migrações forçadas, formação de campos de concentração e imposição de condições de refúgio como movimento do capital no sentido de renovação da força de trabalho. O capital e o Estado precisam produzir novas gerações de trabalhadores e, apesar da procriação e da amamentação serem fatores biologicamente atrelados hegemonicamente a corpos de mulheres cis, corpos que não se restringem à binaridade e outras formas de organização das relações devem compor as análises da reprodução social.

Arruzza (2017, p. 55), mencionando Ferguson, alerta para o fato de que as feministas da reprodução social têm dificuldade de superar o funcionalismo herdado do marxismo estruturalista, como se o capitalismo fosse um conjunto de estruturas no qual as pessoas funcionam de maneira prescrita. Assim, não foi o capitalismo que criou a família nuclear monogâmica heterossexual para seus propósitos de reprodução, mas o fato desse tipo de família ter um papel estratégico para a produção e reprodução da força de trabalho fez com que houvesse uma persistência sócio-histórica desse formato (Ferguson; McNally, 2022).

Tal perspectiva pode ser corroborada pelos artigos de Gore (2025) e Drucker (2017), os quais explicitam que, em alguns momentos de acomodação da crise capitalista, houve espaço para o que Drucker chamou de “nova normalidade gay” em algumas camadas superiores de trabalhadores, especialmente nos anos 1980 e 1990, ancoradas no consumo e na domesticidade. Tais traços de “nova normalidade” incluem a formação de novas famílias lésbicas/gays normalizadas. “Enquanto os direitos de casar e adotar crianças trazem benefícios cruciais práticos e imediatos a casais do mesmo sexo de diferentes classes, eles podem culminar na integração de algumas pessoas gays à ordem produtiva e reprodutiva do capitalismo generificado” (Drucker, 2017, p.207).

Os fatos mencionados alicerçam algo fundamental para esta análise: o movimento sócio-histórico real e concreto de produção e reprodução social produz também ideologias que reforçam os lugares diferenciados e hierarquizados no modo como a sociedade capitalista se organiza. Uma dessas implicações ideológicas é a invisibilização de pessoas trans, travestis e não-binárias nas análises de produção e reprodução social¹². Drucker (2017) afirmou que, mesmo no período de atenuação da imposição da normalidade [cis]heterossexista, com maior disposição para aceitação social de pessoas homossexuais, houve patologização, distinção e isolamento das pessoas trans. Isso se replicou até mesmo no interior de parte das comunidades lésbicas e gays. Portanto, se Drucker (2017) apresenta uma “brecha” no interior do neoliberalismo, é também nesse contexto que o pesquisador vê se desenvolver o homonacionalismo, que incorpora e domestica uma parcela de lésbicas e gays aos ideários e postos de poder imperialistas, integrados a bases fascistas. Sua conclusão é a de que o contraponto a esse movimento só pode ser “uma política queer radical [que] deve vislumbrar um futuro além do binarismo gay/hetero” (Drucker, 2017, p. 211).

A força material da ideologia está presente, por exemplo, na eugenia, na misoginia, na xenofobia e no racismo, aprofundados em momentos de crise do capitalismo, em que a violência é exacerbada no cotidiano da vida das pessoas das classes subalternas, com vistas a baratear o valor da força de trabalho para fins de retomar taxas de lucro para o capital. Nesses contextos, o determinismo biológico ganha relevância tanto no senso comum quanto em algumas proposições científicas. Contudo, em concordância com Arruzza (2017), a biologia apartada das relações sociais nada explica.

Observamos replicações ideológicas do determinismo biológico em feministas cis que rechaçam aproximações teóricas e políticas com pessoas trans, travestis e não-binárias, como se o transativismo fosse contrário aos objetivos do movimento feminista. Sobre essa separação, desenvolvemos adiante.

Transgeneridade, reprodução social e práxis política

¹² Nat Raha (2018) faz uma detalhada análise a partir das ausências da reprodução social de pessoas queer e trans nos textos da Teoria da Reprodução Social, propondo um olhar para as especificidades da reprodução social dessas pessoas. Para isso, ela mobiliza o conceito de “trabalho emocional” de Arlie Hochschild, em referência a trabalhos que apresentam demandas emocionais específicas de quem os executa, além de produções textuais do ativismo LGBTQIA+ e dos feminismos de mulheres “de cor” (no original, “women of colour”). Não entraremos nesse debate por conta dos limites deste artigo, mas ressaltamos a importância do desenvolvimento teórico desta dimensão apontada por Raha.

Desenvolvemos na seção anterior, a análise teórica de Vogel, enquanto referência fundante da TRS, e alguns de seus desdobramentos teóricos mais contemporâneos. Neste último item, desenvolvemos alguns *insights* para o que reivindicamos para a TRS em construção: uma teoria transinclusiva.

A materialidade concreta do tempo presente apresenta uma conjuntura que faz urgir tais análises, na medida em que despontam chefes de Estado, governantes e aspirantes a espaço de poder que centram suas narrativas - e práticas políticas - em perseguições a pessoas e pautas trans, bem como ataques diretos ou indiretos (via restrições orçamentárias) a pesquisas científicas e a políticas públicas de gêneros dissidentes. Isso se replica no cotidiano das vidas das pessoas trans, em especial nas periferias do capitalismo, com violências de todos os tipos, desde o não acesso a políticas de saúde até atentados contra a vida.

Tanto Gore (2025) quanto Camargo (2024) criticam pesquisadores que, a despeito de trazerem as pessoas trans para suas pesquisas, não se implicam no real entendimento da história, bem como da realidade concreta contemporânea desses sujeitos. Ambas as argumentações também enfrentam a relação com a natureza e a ciência/técnica. No caso de Eduarda Camargo, ela recobra o quanto foi relevante a algumas feministas da década de 1970 a defesa do desenvolvimento da ciência para a possibilidade de inseminação e de úteros artificiais para casais não heterossexuais e pessoas trans, enquanto pauta para diminuição da sobrecarga imposta pela reprodução a mulheres cis, mas que, ao mesmo tempo, condena como desvios os processos de hormonização, as cirurgias e uso de cosméticos por pessoas trans e travestis. Para a autora, o uso desses recursos, como possibilidade criativa, não como imposição, seria reafirmar, por um lado, que a natureza é determinada pela sociabilidade e coletividade, bem como, que a ciência é objeto das necessidades dos seres sociais, e não o inverso reificado (Camargo, 2024).

Já Gore (2025) questiona posições, como a de Silvia Federici, no seu livro *Beyond the Periphery of the Skin* (2020), traduzido no Brasil como *Além da Pele* (2023), em que a pesquisadora questiona as tecnologias utilizadas para transformar os corpos, processos que ela enxerga como mercadorização desses corpos, com finalidade de acumulação de capital, como se os “desejos” dos corpos trans estivessem alinhados com os “desejos” do capitalismo. Se assim o fosse, seguindo a argumentação de Gore (2025), por que a crescente privatização da saúde nos últimos quarenta anos, com a ascensão do neoliberalismo e consequente expansão de seguros saúde privados, colocam obstáculos a acesso e procedimentos a pessoas trans? Se esses procedimentos são lucrativos, por que há tanta prescrição e obstáculos burocráticos e regulatórios para que pessoas trans consigam executá-los?

Tanto para Federici quanto para a TRS, os corpos têm relevância analítica, especialmente porque a materialidade concreta é fulcral para a crítica da economia política. Desde o livro *Calibã e a Bruxa* (2017), de Federici, a filósofa realiza importantes análises históricas do domínio, da exploração e da violência sobre os corpos das mulheres, inclusive caracterizando-os como “máquinas de produzir força de trabalho”. A TRS, desde uma perspectiva marxista, ontológica, analisa os serem sociais pelo concreto, unidade do diverso, portanto, pessoas com corpos generificados e racializados. Diferentemente de Federici, entretanto, todos os corpos são pensados como inseridos em relações sócio-históricas contraditórias, nas quais os corpos não são meras máquinas e fábricas ou objetos de exploração, mas lugares de expressão e experiências de amor, prazer e cuidado, ao mesmo tempo que de controle e violência¹³ (Bhattacharya, 2019), cujo movimento se insere na luta de classes, que também é uma luta contra as opressões. Se se quer compreender a relação de unidade contraditória entre reprodução da força de trabalho e acumulação de capital, é imprescindível não caracterizar trabalhadores/as em abstrato, nem de modo determinista.

Em suma, portanto, enquanto algumas autoras marxistas feministas podem ter caído em um determinismo biológico, *a teoria da reprodução social, como tal, não é uma teoria biologicamente determinista*. Ela dá atenção ao fato da reprodução biológica e ao papel diferencial que os sexos desempenham nela, não porque vê nisto a origem do significado social, mas pela maneira com a qual o capitalismo coloca limites e constrangimentos a eles, em outras palavras, pela maneira específica que a reprodução intergeracional é organizada no interior do capitalismo (Arruzza, 2017, p. 53, grifo nosso)

Gore (2025) critica concepções pós-modernas e pós-estruturalistas que, pela via da teoria da performance e do discurso podem acabar desmaterializando os corpos e tornar a categoria mulher analiticamente inviável¹⁴, porém acredita que falta à TRS levar em conta um *insight* do debate *queer*: o sexo é tão construído socialmente quanto o gênero. Com isso, a argumentação de Gore (2025) não se restringe a cirurgias e hormonização, mas na construção de “*self-fashioning practices*” (Lee, 2021 apud Gore, 2025, p. 135). A argumentação é similar em Eduarda Camargo (2024), para quem “travestis investiram décadas de uma pesquisa prática de transformação subjetivo corporal na construção de um referencial de beleza que não está

¹³ “Relações humanas autênticas, feitas de amor e cooperação, podem florescer entre as quatro paredes de um lar – relações que podemos discernir num ataque de riso de uma criança ou dos beijos trocados por um casal. Mas o lar, bem isolado do olhar social, pode também ser o palco de violências interpessoais e de segredos vergonhosos” (Bhattacharya, 2019, p. 21).

¹⁴ Há um interessante comentário sobre a materialidade na teoria de Judith Butler no artigo “Meramente Cultural” (BUTLER; BRETAS, 2017), a partir do qual Cinzia Arruzza (2019) propõe uma “união *queer*” entre marxismo e feminismo. Esse debate também merece maiores desenvolvimentos que, devido aos limites deste artigo, não apresentaremos aqui.

inscrito pela cisgeneridade [...]”. Portanto, se esses corpos podem ser construídos socialmente, há que se pensar a reprodução biológica e, por conseguinte, a reprodução da força de trabalho, não restrita ao binarismo de gênero.

A própria existência das pessoas trans, travestis e não-binárias já desafia diversas concepções nas análises e nas pautas de vertentes do feminismo, inclusive do feminismo marxista, dentre elas: a divisão sexual do trabalho, as famílias cissexual, o *status quo*, a institucionalização dos casamentos homoafetivos cisnormalizados, a questão da herança familiar, a organização das instituições, as políticas públicas etc (Gore, 2025).

Ao visibilizar a existência e a história trans, no lugar de se contrapor às pautas feministas cis, o que se observará é o quanto as opressões são similares e, portanto, as pautas de luta: reorganização do trabalho, outras concepções de família, combate à violência fora e dentro das unidades domésticas, políticas sociais específicas, acesso à educação etc. Assim, uma luta revolucionária efetiva depende da solidariedade e da unidade entre transativismo e feminismo de toda a classe trabalhadora, na medida em que “[...] a reprodução social da vida trans, especialmente para pessoas trans pobres e da classe trabalhadora, e para pessoas negras, indígenas e trans negras, pode ser indelevelmente marcada por estruturas opressivas e relações de poder, mas também é um meio crucial de resistência” (Gore, 2025, p. 139, tradução nossa)¹⁵.

Por uma TRS *transgressora*

Neste artigo, buscamos elencar alguns elementos que possam contribuir para a superação definitiva de discursos e práticas transexcludentes da teoria da reprodução social e do feminismo marxista como um todo. Buscamos ainda apontar alguns caminhos para alicerçar uma TRS transinclusiva, não apenas porque seja moralmente correto, mas porque a solidariedade, na perspectiva da TRS, se constroi a partir da noção de que as relações sociais determinantes se atravessam e constituem uma totalidade contraditória. Disso, resulta que as diferentes lutas contra opressões específicas na realidade fazem parte de um todo unitário, influenciando o sistema e, conseqüentemente, as estratégias políticas para transformá-lo.

O horizonte de transformação sistêmica é fundamental em se tratando de uma práxis marxista. Nesse sentido, cabe considerar, por fim, o papel estratégico que as pessoas trans representam na luta revolucionária. A noção de “política de identidade”, formulada pelas

¹⁵ “[...] the social reproduction of trans life, particularly for working class and poor trans people and for Black, Indigenous and trans people of colour, may be indelibly marked by oppressive structures and power relations, but it is also a crucial means of resistance” (Gore, 2024, p. 139).

militantes do Combahee River Collective (2019) em seu manifesto de 1977, propõe que as mulheres negras apresentam um imenso potencial de radicalização política justamente porque suas experiências de opressão e exploração no seio do capitalismo racista e heterossexista torna evidente em seu cotidiano que há algo de profundamente injusto na realidade em que vivemos. Segundo Keeanga-Yamahtta Taylor, o lugar que ocupam na sociedade faz delas “desproporcionalmente suscetíveis aos danos do capitalismo” o que pode, justamente por isso, levá-las “à possibilidade da política radical e revolucionária” (Taylor, 2017, p. 10-11). Na mesma lógica, podemos pensar o quanto a experiência da população trans sob o capitalismo racista e *cisheterossexista* constrói potência política revolucionária.

Conforme propõe Eduarda Camargo, a própria existência de pessoas trans coloca em questão pilares fundamentais do sistema social em que vivemos:

Creio que certo pavor, rejeição ou reação abjeta às pessoas trans é porque elas colocam conscientemente em xeque o que se entende em enquanto ciência e natureza ao tirar-se da posição de objeto: a Natureza é uma forma dinâmica que é constantemente revista pelas dinâmicas sociais, ou pela Cultura. A defesa da imutabilidade do sexo parece, por fim, um sinal de um medo de tomar a *responsabilidade* pelo próprio posicionamento. Quando modificamos aquilo que se entende por Natureza, estamos entrando em um empreendimento tão antigo quanto aquilo que chamamos de sociedade, língua, humanidade, ou qualquer outro nome emergente do laço social: as primeiras próteses foram as ferramentas desenvolvidas para subsistência e manutenção da vida. (CAMARGO, 2024, s.p.)

Nesse mesmo sentido, a pesquisadora trans Helena Vieira afirma que a presença de corpos trans e travestis apresenta dois riscos fundamentais para o sistema: primeiro, uma confusão do desejo, em especial para homens cis heterossexuais, ao mostrar que as categorias binárias de desejo que aprendemos não fazem sentido na realidade e; segundo: evidencia que as posições de gênero não são fixas, perturbando a ordem daquilo que foi tomado como “natureza”.¹⁶ Essas confusões e medos têm sido mobilizados pela extrema direita de maneira muito contundente, explica Helena Vieira, justamente porque são medos ontológicos, medos que de que o mundo deixe de fazer sentido dentro daquilo que conhecemos.

Em outra perspectiva, as existências trans desvelam outras possibilidades de viver o gênero, os corpos e as subjetividades, desafiando a biologia como *destino* e enfatizando a agência dos sujeitos sobre sua autorrealização. Elas miram na abolição do gênero como a práxis revolucionária tem mirado na abolição das classes sociais ao longo da história.¹⁷ Eduarda

¹⁶ Fala de Helena Vieira no painel “Por que as pessoas trans são alvos da extrema-direita?” do evento MEL - Mulheres em Lutas, ocorrido em São Paulo, em 13 de abril de 2024.

¹⁷ “Cabe salientar que não falamos da projeção reacionária de um mundo neutralizado em sua expressão de gênero, mas a abolição da diferenciação social que impulsiona uma hierarquia entre diferentes classes sexuais. Um mundo

Camargo argumenta, no mesmo sentido de Helena Vieira, que a extrema direita compreendeu o caráter emancipatório e desestabilizador das trajetórias trans e travestis, na medida em que “a transição é um fenômeno que toca no interior dos aspectos mais naturalizados da vida hoje”, como as próprias noções de “natureza” e “família” (CAMARGO, 2024, s.p.). É por esse mesmo motivo que não cabe ao campo do marxismo e do feminismo uma defesa das mesmas categorias e da mesma ordem que a extrema direita tanto deseja preservar. É necessário construir uma perspectiva de solidariedade baseada na percepção de que a transfobia é, em última instância, uma arma de defesa das normas de gênero, do determinismo biológico e das diferentes relações que constroem e reforçam o sistema capitalista. Se as existências trans ameaçam esse sistema ao qual desejamos *transgredir*, é necessário que coloquemos nossos corpos e subjetividades cis ao seu lado nas trincheiras. Ecoamos as palavras de Eduarda Camargo quando diz aos marxistas masculinistas e às feministas conservadoras que, nessa luta, o que eles têm a perder são apenas os seus grilhões.

Referências

ABREU, Maira. Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão. *Revista Estudos Feministas*, v. 26, n. 3, 2018.

ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. *Revista Cemarx*, Campinas, vol. 10, 2017.

ARRUZZA, Cinzia. *Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. São Paulo: Usina, 2019.

BAKAN, Abigail. Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença. *Outubro*, n. 27, p. 45–76, nov. 2016.

BHATTACHARYA, Tithi. Explicando a violência de gênero no neoliberalismo. *Marx e o marxismo*, v. 7, n. 12, 2019.

BUTLER, Judith; BRETAS, Alécia. Meramente cultural. *Ideias*, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 227–248, 2017.

CAMARGO, Eduarda. Ideologia cis, consciência de gênero e devir-trava do mundo. *Mimeo*, 2024.

onde se pensa a abolição do gênero é um no qual o processo violento de homogeneização de expressão e corporalidade não existe, assim como nenhuma outra forma de divisão de hierarquia social que advinha dessa lógica”. (CAMARGO, 2024).

COLETIVO COMBAHEE RIVER. Manifesto do Coletivo Combahee River. *PLURAL*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 197–207, 2019.

CONNELL, Raewyn; e PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.

DRUCKER, Peter. A normalidade gay e a transformação queer. *Revista Cemarx*. Campinas: Unicamp/IFCH, vol 10, 2017.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*. São Paulo: Elefante, 2017

FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. *Revista Cemarx*. Campinas: Unicamp/IFCH, vol 10, 2017.

FERGUSON, Susan; e MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. In:

FRACCARO, Gláucia Cristina C. Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 63, p. 8-26, jan./abr. 2018.

FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo : um manifesto da revolução feminista*. Rio de Janeiro: Labor, 1976.

GANDHI, Anuradha. *Sobre as correntes filosóficas dentro do movimento feminista*. São Paulo: Raízes da América, 2018.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2015.

GORE, Ellie. Towards a trans-inclusive critical international political economy? Or why trans oppression matters for understanding capitalism and social reproduction. *Capital & Class*, vol 49 (1), 2025.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAUGHLIN, Kathleen et al. Is it time to jump ship? Historians rethink the waves metaphor. *Feminist Formations*, vol. 22, n. 1, pp. 76-135, 2010.

MILLET, Kate. *Política sexual*. Lisboa : Dom Quixote, 1974.

PEDREIRA, Elena Beltrán. Feminismo radical. In: BELTRAN, E. et al (orgs). *Feminismos: debates teóricos contemporâneos*. Madrid: Alianza Editorial, 2008.

RAHA, Nat. A Queer Marxist [Trans]feminism: Queer and Trans Social Reproduction. In: *Queer Capital: Marxism in Queer Theory and Post-1950 Poetics*. 2018. Dissertation (Doctor of Philosophy) - University of Sussex, Falmer, 2018.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta (org.). *How we get free: Black Feminism and the Combahee River Collective*. Chicago: Haymarket Books, 2017.

VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.